COMISSÃO ESPECIAL DO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NO RIO GRANDE DO SUL

RS SUSTENTÁVEL
CADA GOTA CONTA
PARA MAIS OU PARA MENOS,
O DEBATE SOBRE A ÁGUA É AGORA.

Assembleia Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO FINAL

Deputado Guilherme Pasin

Presidente

Deputado Rodrigo Lorenzoni

Relator

Novembro 2024

COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidente

Deputado Adolfo Brito – PP

1º Vice-Presidente

Deputado Paparico Bacchi - PL

2º Vice-Presidente

Deputada Eliana Bayer – Republicanos

1º Secretário

Deputado Pepe Vargas – PT

2º Secretário

Deputado Vilmar Zanchin – MDB

3º Secretário

Deputado Luiz Marenco – PDT

4º Secretário

Deputado Dr. Thiago Duarte – União Brasil

COMISSÃO ESPECIAL DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
NO RIO GRANDE DO SUL

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Guilherme Pasin – PP

Presidente

Delegado Zucco – Republicanos

Vice-Presidente

Rodrigo Lorenzoni – PL

Relator

Titulares:

Adão Pretto Filho - PT
Laura Sito - PT
Leonel Radde - PT
Eduardo Loureiro - PDT
Marcus Vinícius - PP
Delegada Nadine - PSDB
Luciano Silveira - MDB
Gaúcho da Geral - PSD
Dirceu Franciscon – União Brasil

Suplentes:

Luiz Fernando Mainardi - PT
Valdeci Oliveira - PT
Zé Nunes - PT
Gerson Burmann - PDT
Frederico Antunes - PP
Silvana Covatti - PP
Neri o Carteiro - PSDB
Vilmar Zanchin - MDB
Cláudio Tatsch - PL
Gustavo Victorino - Republicanos
Aloísio Classmann – União Brasil

EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rafael Lourenço Gonçalves
Assessor-Técnico

Isabella Beirão
Secretária

SUMÁRIO

I. Apresentação do Presidente.....06

II. Palavra do Relator.....09

III. Síntese do Plano de Trabalho e Cronograma.....11

IV. Reunião Técnica com as Instituições de Fomento.....12

V. Reunião Técnica com as Federações e Entidades Empresariais.....17

VI. O Rio Grande do Sul no Ranking de Competitividade dos Estado do Centro de Liderança Pública - CLP.....23

VII. O Programa Estadual de Liberdade Econômica de Goiás.....28

VIII. Seminário de Desburocratização, Inovação e Soluções.....37

IX. Conclusão e Encaminhamentos.....49

I. APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE

O Rio Grande do Sul, um estado com um vasto potencial econômico e uma rica história, enfrenta desafios complexos que têm limitado seu desenvolvimento. A burocracia excessiva, a alta carga tributária, a infraestrutura precária e a falta de um ambiente de negócios favorável são obstáculos que impedem o crescimento das empresas, a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida da população.

Essa burocracia excessiva, caracterizada por processos de licenciamento complexos e demorados, além da exigência de uma quantidade excessiva de documentos, impede a criação de novas empresas e dificulta a expansão das já existentes. A Lei da Liberdade Econômica, apesar de ser um avanço importante, ainda enfrenta desafios na sua implementação em muitos municípios gaúchos, demandando um esforço conjunto do estado para garantir sua efetividade.

Diante desse cenário, ao lado de outros parlamentares, em uma demonstração de compromisso com o desenvolvimento do estado, propus a instalação da Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico. A Comissão, desde sua criação, adotou uma abordagem participativa, buscando a colaboração de diversos atores sociais, como empresários, trabalhadores, pesquisadores, representantes da sociedade civil e, principalmente, do povo gaúcho.

Uma das ações da Comissão foi a realização de uma consulta pública online, que permitiu coletar sugestões e propostas da população sobre como melhorar o ambiente de negócios no estado. Essa iniciativa demonstrou a importância de ouvir a voz daqueles que mais sofrem com as dificuldades do dia a dia e de construir políticas públicas de forma mais democrática e transparente.

A falta de alinhamento entre normas infralegais e a legislação principal gera insegurança jurídica e aumenta os custos para as empresas. Por exemplo,

a interpretação divergente de leis por diferentes órgãos pode levar a decisões conflitantes e gerar custos adicionais para os empreendedores.

Além disso, muitas leis aprovadas, embora bem intencionadas, geram custos acessórios que oneram as empresas e diminuem a sua competitividade. A distância do centro do país, por sua vez, impacta significativamente os custos logísticos, dificultando o acesso a mercados e a insumos, e limitando as oportunidades de negócios.

É fundamental que o estado volte a acreditar no cidadão e no seu potencial empreendedor. A simplificação dos processos burocráticos, a transparência na gestão pública e a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas são medidas essenciais para fortalecer essa relação e estimular o desenvolvimento econômico.

A Comissão também promoveu diversos encontros e debates com representantes do setor produtivo, de entidades de classe e de instituições de ensino e pesquisa. Esses eventos foram fundamentais para identificar os principais gargalos que impedem o desenvolvimento econômico do estado e para construir um diagnóstico preciso da situação.

A partir desse diagnóstico, a Comissão elaborou um conjunto de propostas com o objetivo de simplificar a legislação, reduzir a burocracia, melhorar a infraestrutura, atrair investimentos e fomentar o empreendedorismo. As propostas da Comissão abrangem diversas áreas, como tributação, registro empresarial, acesso ao crédito, desenvolvimento de cadeias produtivas e promoção do turismo.

A Comissão realizou workshops, dentro e fora do estado, com representantes de diferentes setores da sociedade, como empresários, trabalhadores, sindicatos, associações de classe, universidades e instituições de pesquisa. Esses encontros foram importantes para ouvir as demandas e as

expectativas da sociedade em relação ao desenvolvimento econômico do estado.

Vale lembrar que o estado do Rio Grande do Sul enfrentou uma grave crise hídrica, que causou prejuízos significativos para a economia e para a população. Diante desse cenário, a Comissão ajustou seu foco e passou a incluir em suas análises e propostas medidas para mitigar os efeitos da crise e promover a reconstrução do estado.

A superação dos desafios que o Rio Grande do Sul enfrenta exige um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. As propostas apresentadas neste relatório constituem um importante passo para a construção de um estado mais próspero e justo para todos. Com a união de esforços, podemos transformar o Rio Grande do Sul em um estado referência em desenvolvimento econômico e social.

Deputado Guilherme Pasin
Presidente da Comissão

II. PALAVRA DO RELATOR

É com grande satisfação que apresento este relatório como Relator da Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul. Desde a sua criação, esta comissão foi constituída com o propósito de examinar os desafios e as oportunidades do desenvolvimento econômico gaúcho, buscando criar um ambiente de diálogo e reflexão sobre as ações necessárias para impulsionar nosso crescimento. Ao longo dos trabalhos, tivemos a oportunidade de ouvir diversos segmentos — como empreendedores e representantes do poder público —, consolidando uma visão abrangente das necessidades e das potencialidades do nosso Estado.

Como autor da Lei de Liberdade Econômica no Estado do Rio Grande do Sul (Lei nº 15.431/2019), tenho a honra de compartilhar os avanços significativos que essa legislação trouxe para o nosso estado. Desde sua implementação, a Lei tem sido um marco para a desburocratização e a simplificação das atividades empresariais, permitindo que empreendedores e investidores possam operar com menos entraves e maior segurança jurídica. A redução de barreiras burocráticas, aliada ao incentivo à livre iniciativa, criou um ambiente mais favorável para a geração de empregos e o fortalecimento das pequenas e médias empresas, elementos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico gaúcho.

Contudo, é evidente que há mais a ser feito. Precisamos avançar ainda mais para consolidar o Rio Grande do Sul como um polo atrativo e competitivo para os negócios, não só no Brasil, mas também em âmbito internacional. Isso exige um esforço conjunto para aprimorar a infraestrutura, modernizar a legislação e garantir um ambiente regulatório que inspire confiança e previsibilidade.

O desafio de promover um desenvolvimento econômico estrutural e constante, exige esforço, inovação e cooperação entre todas as partes

interessadas. Neste sentido, a Comissão trabalhou na busca de formulação de propostas que visam fortalecer setores estratégicos, incentivar a inovação, simplificar processos e assegurar a competitividade do Rio Grande do Sul no cenário nacional e global. Trata-se de uma contribuição significativa para a construção de um futuro promissor para a economia gaúcha e para a qualidade de vida de nossa população.

Esperamos que os frutos desse trabalho sejam amplamente colhidos pela sociedade gaúcha, parlamento e poder executivo, gerando oportunidades, reduzindo desigualdades regionais e elevando o bem-estar de todos. Que este relatório inspire decisões assertivas e fundamentadas, capazes de transformar o nosso Estado em um polo de desenvolvimento econômico e social. Que o espírito de união e compromisso demonstrado ao longo dos trabalhos da Comissão Especial se perpetue nas ações que resultarão deste estudo, beneficiando as gerações atuais e futuras do Rio Grande do Sul.

Deputado Rodrigo Lorenozoni
Relator

III. SÍNTESE DO PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

A Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul apresentou uma síntese do seu plano de trabalho, delineando as ações estratégicas visando entender a questão do crescimento econômico e melhoraria do ambiente de negócios no estado.

O plano enfatiza a análise de indicadores de competitividade, a identificação de gargalos estruturais e a busca por soluções que aumentem a eficiência e a atratividade do Rio Grande do Sul para novos investimentos.

Além disso, o plano prevê a realização de reuniões e visitas técnicas para coletar contribuições de entidades empresariais e especialistas, garantindo que as propostas da comissão estejam alinhadas às reais necessidades e potencialidades do estado, sendo o plano de trabalho detalhado da seguinte forma:

1. **Reunião Técnica com as Agências de Fomento – 26/08/2024**
2. **Reunião Técnica com as Entidades Empresariais – 02/09/202**
3. **Visita Técnica à sede do Centro de Liderança Pública em São Paulo – 30/10/2024**
4. **Visita Técnica no Governo do Estado de Goiás – 31/10/2024**
5. **Seminário de Desburocratização, Inovação e Soluções – 04/11/2024**

IV. REUNIÃO TÉCNICA COM AS INSTITUIÇÕES DE FOMENTO

"Precisamos Desburocratizar as Cabeças"
Claudio Gastal – Presidente do Badesul

Data: 26/08/2024

Participantes:

Ernani Polo – Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico

Fernando Lemos (Presidente – Banrisul)

Claudio Leite Gastal (Presidente - BADESUL)

Diogo Leuck (Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo – CEDE)

Silvio Ramão (Rede Sim – JucisRS)

Resumo das exposições:

A reunião técnica de abertura dos trabalhos da Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul, realizada na edição 2024 da Expointer, se deu no sentido de escutar as agências de fomento e órgãos envolvidos na desburocratização empresarial.

O encontro foi marcado pela troca de ideias e pela busca de caminhos que possam impulsionar o crescimento econômico do estado, considerando os desafios do presente e as oportunidades para o futuro. Cada uma das entidades participantes trouxe contribuições valiosas, apresentando perspectivas e sugestões que enriquecem a construção de uma visão mais ampla e integrada do desenvolvimento regional.

Claudio Gastal, Presidente do Badesul, apresentou sua visão sobre os entraves no acesso ao crédito e as dificuldades que pequenos e médios empreendedores enfrentam para crescer, alegando que cartórios não deveriam existir e que o Congresso Nacional é maior criador de burocracias, legislando olhando para o momento e não para o processo de longo prazo, o que se torna um processo legislativo irresponsável. Assim ele sugere que toda lei que for apresentada e votada na Assembleia Legislativa, deveria vir acompanhada de um impacto de custo em caso de sua aplicação.

Pontuou sobre a chamada “burocracia escondida” em processos e trâmites da sociedade, e salientou que muito disso foi combatido quando foi realizada a revogação de centenas de decretos no Estado, através do programa Descomplica RS. Salientou a importância dessa revisão sistemática do gestor público de todas as esferas e poderes, de olhar para dentro e eliminar aqui não faz mais sentido e que pode gerar entraves.

Gastal destacou ainda que se faz necessária a inovação na gestão pública e no ambiente de negócios, mas que a inovação está fora da lei no Brasil, sendo

que um inovador é ilegal por pressuposto, pois a cultura do ordenamento jurídico não prevê um ambiente inovador e isso deve ser sanado.

Já o Banrisul, através do seu Presidente Fernando Lemos, ofereceu uma perspectiva voltada para o setor financeiro, abordando questões como linhas de financiamento, juros e apoio a projetos de inovação e sustentabilidade, além de atentar para a brocaria digital e cartorária no sentido da dificuldade que as pessoas e empresas tem encontrado na emissão de certidões negativas para obtenção de crédito. Também foi apontado que o excesso de portarias normativas e reguladoras, ordem de serviço e resoluções infralegais geram enormes entraves na ponta, sugerindo que fosse avaliada uma espécie de revogação deste tipo de diploma legal.

Pensando ainda no desenvolvimento futuro, Fernando Lemos acrescentou que é necessário que o Estado do Rio Grande do Sul repense seu modelo de educação, que é calcado nos mesmos moldes desde a década de 1970, e também que devemos repensar o sistema previdenciário, que o RS se penar nesses dois temas, pode ser um Estado a sair na frente dos demais na busca de um desenvolvimento econômico e social pleno.

O Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo (CEDE), representado pelo Secretário Executivo, Diogo Leuck, teve um papel central na discussão, destacando a importância de simplificar processos e reduzir a carga burocrática que, muitas vezes, acaba por sufocar o desenvolvimento de novas empresas e inovações. A modernização dos procedimentos e a maior agilidade nas interações entre empresários e o governo foram temas recorrentes durante os diálogos.

Leuck concordou com Claudio Gastal e entende que a sistematização da revogação de atos deve ser permanente e que desde o último “revogaço”, muitos outros decretos já foram criados que o Governo deveria analisar essa situação, e com isso enalteceu a manutenção do programa Descomplica RS, que visa cada vez mais desburocratizar o Estado.

Lembrou que a questão do licenciamento ambiental é algo que deve ser olhado com mais atenção, pois ainda é um processo moroso, mesmo com os recentes avanços, e sugeriu que no sistema de licenciamento ambiental do Estado e municípios deveria ser criado algo semelhante como a RedeSim, para unificar, modernizar e acelerar esse processo que hoje ainda é um grande entrave para nosso desenvolvimento econômico.

O Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ernani Polo, falou sobre a importância do CEDE e do Descomplica RS e de como eles têm ajudado na integração com as diversas áreas do Governo do Estado. Entende que o Estado deve focar na simplificação de tudo que for possível sem abrir mão de responsabilidade e que a orientação interna no Governo é que mesmo que um processo de simplificação se torne mais complexo internamente, mas que facilite de simplifique na ponta, o mesmo deverá ser implementado, focando sempre na sociedade.

Ernani Polo disse que estudos estão avançando no sentido de criar um Cadastro Positivo para os empreendedores na área ambiental, onde aquelas licenças que venham de empresas com histórico positivo de atuação e cumprimento das normas ambientais, tenham um outro fluxo, com trâmites mais céleres em decorrência da sua performance de bom empreendedor na área ambiental.

A Junta Comercial, por sua vez, trouxe um panorama das demandas empresariais relacionadas à abertura, manutenção e fechamento de empresas, sugerindo melhorias que possam tornar o estado mais atrativo para investidores e empreendedores.

Um ponto de grande relevância discutido durante a reunião foi a necessidade urgente de facilitar o acesso ao crédito e eliminar a burocracia, especialmente no contexto de retomada econômica que o Rio Grande do Sul enfrenta após as enchentes de maio, que causaram devastação em diversas

regiões do estado. As inundações afetaram não apenas a infraestrutura, mas também inúmeras empresas, particularmente as pequenas e médias, que são fundamentais para a economia local.

Nesse cenário, a agilidade no processo de concessão de crédito torna-se vital para a recuperação dos negócios atingidos e para a reconstrução das áreas afetadas. Da mesma forma, a redução da burocracia é essencial para permitir que os empreendedores possam reerguer suas atividades de forma rápida e eficiente, sem os entraves que muitas vezes retardam a recuperação econômica.

A desburocratização e o apoio financeiro emergencial foram reconhecidos como pilares fundamentais para garantir que o estado supere os desafios impostos por essa catástrofe natural, e siga em direção a um futuro de crescimento e resiliência. Chamou atenção para a questão da Pandemia de Covid-19, onde gerou-se inúmeras legislações emergências, e que até momento isso não foi enfrentado, devendo ser realizada uma ampla revisão nestes dispositivos legais.

Além disso, a reunião destacou a importância de se criar um ambiente de negócios mais dinâmico e menos burocrático, o que exigirá não apenas vontade política, mas também a colaboração contínua entre diferentes esferas do governo e da sociedade civil. O desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul passa, inevitavelmente, por uma reavaliação de práticas, pela adoção de novos modelos de gestão e pela ampliação do acesso a recursos, sejam eles financeiros, tecnológicos ou humanos.

Em suma, a reunião técnica de trabalho proporcionou uma troca de ideias valiosa e abriu portas para um diálogo que, espera-se, resultará em ações concretas e efetivas em prol do crescimento econômico do estado. A articulação entre as entidades participantes é um primeiro passo essencial para a construção de um futuro mais promissor e competitivo para o Rio Grande do Sul.

V. REUNIÃO TÉCNICA COM AS ENTIDADES EMPRESARIAIS

Data: 02/09/2024

Participantes:

FEDERASUL – Rodrigo Sousa da Costa (Presidente)

FECOMERCIO – Adriano Bauer (Assessor de Relações Governamentais)

FARSUL - Luiz Pires – (Assessor da Presidência Área Institucional Parlamentar)

FAGV Federação das Associações Gaúchas do Varejo - Juarez Meneguetti (Diretor)

CDL POA – Carlos Schmaedecke – (Vice-Presidente de Relações Políticas e Institucionais)

CDL Novo Hamburgo – Leonardo Lessa (Presidente)

CICS CANOAS - Patrícia Godoy – (Vice-Presidente de Pequenas Empresas, Microempresas e Microempreendedores)

Resumo das Exposições

No intuito de fortalecer o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e construir uma visão estratégica para o futuro, foi realizada uma reunião técnica de trabalho com a participação das principais entidades empresariais do estado. O encontro teve como objetivo proporcionar um espaço de diálogo, no qual foram discutidas as perspectivas atuais e futuras da economia gaúcha.

Representantes de diversos setores empresariais puderam compartilhar suas análises e sugestões, enriquecendo o debate com informações essenciais para a construção de políticas públicas e estratégias que respondam às reais necessidades e desafios do mercado local.

O presidente da FEDERASUL destacou que a administração pública deve ser reativa ao mesmo tempo que é propositiva, e que deve ser feito um mapa vocacional de cada região do estado com base nas suas características mais fortes, para melhor focalizar os investimentos. E isso deve ser aproveitado para ser implementado nesse momento de reconstrução do estado, sendo encarado como uma janela de oportunidades para organizar nosso desenvolvimento.

Destacou ainda a importância do fomento aos modais ferroviário e aquático no Rio Grande do Sul, que necessitam de ajustes e maior competição, podendo ser um grande diferencial ao nosso estado, uma vez que somos um grande produtor de alimentos e isso teria impacto na velocidade do transporte, nos qualificando com mais eficiência no âmbito logístico.

O diretor da FAGV salientou que mudanças no âmbito federal devem ser promovidas também, citando a burocracia no arcabouço de certidões exigidas das empresas para contratação de crédito e como isso foi evidente nos pós enchente de maio, onde muitas empresas não conseguiram contratar crédito para se reerguer.

No âmbito Estadual, criticou que nos 6 anos da atual gestão, nunca foi realizado um REFIS estadual, e citou exemplo a ser seguido o que a Prefeitura de Porto Alegre que além de reduzir impostos realizou REFIS para as empresas e que essa medida foi muito acertada. Lembrou que nesses 6 anos da atual gestão, o estado passou por pandemia e enchente e em nenhum momento adotou um grande parcelamento para os empreenderes que tem dívida com o ICMS.

Destacou ainda a importância da retomada da questão da proibição de trabalho aos domingos, e chamou a atenção para a assembleia ficar atenta, pois isso pode ter grande impacto no turismo do estado. Segundo ele, hoje, no Governo Federal, por parte do Ministério do Trabalho, há uma tendência a prejudicar os empresários, que não os que geram riqueza para o pais.

O vice-presidente da CDL Novo Hamburgo, destacou que a vocação de Novo Hamburgo ainda é no setor coureiro-calçadista e que a maioria das empresas da região são enquadradas no Simples Nacional e com isso chamou atenção para a desatualização da tabela do Simples, que mantem valores baixos de faturamento, fazendo com que empresas que fujam da faixa enfrentem complicações ao serem desenquadradas do Simples e serem jogas no Lucro Presumido e Lucro real.

A vice-presidente da CICS Canoas alertou que muitas empresas de Canoas sucumbiram de forma permanente após a enchente de maio e salientou que os micros e pequenos empresário além e sofrerem com a carga tributária e que muitos não conseguiram contratar crédito na retomada.

Nesse ponto, ela elucidou que as linhas de créditos para esse público podem ser baixas, na faixa de 20 a 30 mil reais, pois mais do que isso eles nem conseguem suportar. Por fim ela destacou o MEI (Microempreendedor Individual) é uma pequena porta de entrada para quem quer empreender, mas para que cresçam é necessário que o Estado garanta as condições.

O Vice-Presidente de Relações Políticas e Institucionais do CDL POA, destacou que a situação em que o estado se encontra hoje nas contas públicas não é resultado de atitudes recentes, que isso vem se perpetuando no longo prazo, o que tornou o ambiente inóspito aos empreendedores. Citou os inúmeros privilégios e vantagens que são constantemente concedidos para o funcionalismo público, o que compromete o orçamento do estado.

Alertou que um dos seus papéis enquanto representes de inúmeras empresas não é somente lutar para que bons projetos sejam aprovados na Assembleia Legislativa, mas principalmente para que projetos ruins não sejam aprovados, e considera que estão obtendo êxito na atual legislatura.

Também salientou a importância do Simples Nacional, e que ele não pode ser visto pelo governo como renúncia fiscal, pois a reação positiva que ela causa é muito importante, tendo consequências direta na produtividade e aumento de emprego, gerando, invariavelmente, maio arrecadação para o governo. Sendo assim, ele cobrou que seja atualizada a tabela do Simples.

Por fim, destacou que o RS tem que entender que o convivo com estiagem e enchente é o normal, e nos anos que não acontecem, devem ser vistos como exceção. Assim, temos que estar pensando em soluções visando essa normalidade que se impõe com esses dois extremos.

O Assessor da FECOMERCIO reforçou que a burocracia deixa o empreendedor abandonado e isso foi muito exposto durante a retomada s enchentes, onde o dinheiro estava disponível nos bancos para tomada de crédito, mas a burocracia das certidões e documentações acabou por atravancar muitas operações. Destacou que a demora do governo federal na resolução da questão contratual com a Fraport, acabou por retardar ainda mais a reabertura do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, atingindo o setor hoteleiro de forma aguda.

Expôs a importância da redução do custo logístico através de investimento em ferrovias e outros modais além do rodoviário e finalizou expondo

sua preocupação com inchaço da máquina estadual através de reajustes salarias sem diálogo com a sociedade e as sucessivas tentativas de aumentar impostos.

O Assessor da área institucional da FARSUL, falou sobre a importância do desassoreamento e dragagens para fomentar a competitividade através da nossa infraestrutura e logística. Salientou ainda que a questão judicial muitas vezes tem impacto na burocracia, inclusive no âmbito de regularização ou conversão de áreas, retardando a evolução de projetos que potencializaram ainda mais o agronegócio. Esclareceu que são áreas já consolidadas, mas seguem embargadas.

Sobre o tema da irrigação, colocou que o projeto de preservação de águas dentro das APPs (Área de Preservação Permanente) que tramita nesta Casa, é uma medida importante para caminhar na solução deste problema que envolve as estiagens, e que as agências de fomento devem ter linhas de credito nesse sentido de soluções de irrigação.

O Relator da Comissão, Deputado Rodrigo Lorenzoni, fez uma interrupção para destacar que a questão da insegurança jurídica é um ponto que deve ser levado em consideração e propõe que debates sobre o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul envolvam os tribunais jurídicos para que se estabeleça um diálogo e um alinhamento do Poder Judiciário com os projetos de desenvolvimento salutar do RS.

Por fim, o Presidente da Comissão, Deputado Guilherme Pasin, encerrou a reunião fazendo um pedido para que as entidades presentes, por estarem no dia a dia e sofrendo as dores do empreendedorismo na ponta, enviassem sugestões para a Comissão, a fim de entender que dispositivos legislativos poderiam melhor o ambiente de negócios aos quais eles estão inseridos.

Em conclusão, a reunião destacou a urgência de políticas públicas integradas e sensíveis às necessidades reais dos empresários do Rio Grande

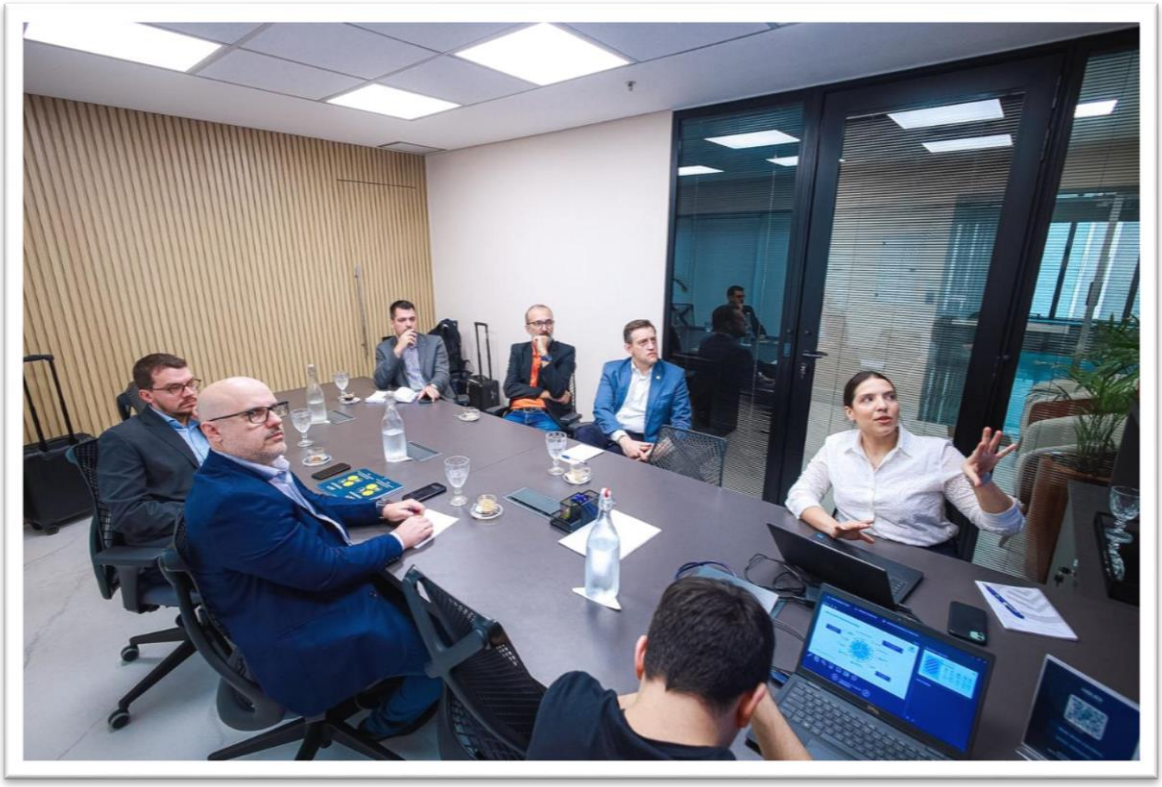
do Sul. As falas dos representantes revelaram um consenso quanto à necessidade de reformas, como a simplificação burocrática e a criação de incentivos específicos, capazes de promover um ambiente econômico mais competitivo e sustentável.

Questões como a modernização da infraestrutura logística, o desassoreamento dos rios e o apoio à irrigação nas áreas de preservação permanente surgiram como soluções estratégicas para enfrentar os desafios do agronegócio e mitigar os impactos de eventos climáticos.

O apelo por maior diálogo entre o governo, o setor privado e o Poder Judiciário também refletem a necessidade de uma maior segurança jurídica, que permita avanços sem travas judiciais desnecessárias.

A disposição dos parlamentares em receber sugestões das entidades empresariais abre um caminho promissor para o desenvolvimento de ações legislativas eficazes, que valorizem o potencial produtivo das diferentes regiões do estado. Essa parceria, se bem articulada, tem o potencial de transformar os desafios do Rio Grande do Sul em alavancas de crescimento econômico e prosperidade.

VI. O RIO GRANDE DO SUL NO RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADO DO CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA – CLP



A Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul realizou uma visita técnica, traves de seu Presidente e Relator, ao Centro de Liderança Pública (CLP), em São Paulo, para avaliar o posicionamento do estado no Ranking de Competitividade dos Estados. A iniciativa buscou entender de forma aprofundada os pontos de melhoria e as conquistas já alcançadas pelo Rio Grande do Sul, promovendo um diálogo com especialistas do CLP sobre os indicadores que refletem a competitividade estadual. Com isso, a Comissão visa estruturar estratégias de desenvolvimento que respondam tanto aos desafios quanto às potencialidades do estado, fortalecendo o ambiente econômico e a capacidade de atração de investimentos para a região.

O Ranking de Competitividade dos Estados é lançado anualmente pelo Centro de Liderança Pública, em parceria com a Tendências Consultoria Integrada. O Ranking analisa a capacidade competitiva dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. São 99 indicadores divididos em 10 pilares que servem para balizar os gestores públicos de cada estado para alcançarem a excelência na gestão.

Atualmente o Estado do Rio Grande Sul é o 5º colado no Ranking Geral de Competitividade entre os Estados, já tendo ocupado a 9ª posição na série histórico, quando o Ranking foi iniciado no ano de 2016, conforme abaixo:

Geral	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Posição Geral	9	7	5	7	8	9	6	5	5
Nota Geral	55,55	57,20	60,44	55,07	54,68	55,17	58,16	64,22	66,82
Delta Geral	-3	2	2	-2	-1	-1	3	1	0

Quando abrimos os 10 pilares avaliados um a um na série histórica, temos a seguinte composição:

POSIÇÃO NOS PILARES DO RANKING

Pilar	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Capital Humano	14	18	14	15	17	21	25	7	5
Educação	7	9	8	11	10	9	9	6	6
Eficiência da Máquina Pública	4	1	1	2	2	4	3	1	1
Infraestrutura	21	18	14	18	19	16	21	16	11
Inovação	2	2	2	2	2	1	1	2	1
Potencial de Mercado	24	11	25	15	17	26	22	20	18
Segurança Pública	8	6	8	5	9	7	5	5	3
Solidez Fiscal	26	26	25	27	27	26	25	27	25
Sustentabilidade Ambiental	17	15	10	12	13	6	6	9	11
Sustentabilidade Social	4	3	2	3	4	4	3	4	4

Bom desempenho Desafio

O Rio Grande do Sul enfrenta uma situação crítica em relação à solidez fiscal, ocupando as últimas posições no Ranking de Competitividade dos Estados. Mesmo após a implementação de reformas estruturantes e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o estado não obteve avanços significativos na saúde de suas contas públicas. Essa posição reflete as dificuldades persistentes em equilibrar as finanças, apontando para a necessidade de medidas adicionais e uma gestão mais

eficiente dos recursos, a fim de garantir um ambiente fiscal mais estável e propício ao desenvolvimento econômico sustentável.

Por outro lado, no pilar de inovação, o Rio Grande do Sul tem mostrado um desempenho exemplar, alcançando a primeira posição e se destacando como o estado mais inovador do Ranking de Competitividade em 2024. Esse avanço reflete o fomento em área de tecnologia e educação voltada para o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis. Com incentivos a setores estratégicos e apoio ao ecossistema de startups e inovação, o estado vem criando um ambiente propício para o surgimento de novos negócios e para a modernização dos setores produtivos, demonstrando que a aposta na inovação é um caminho promissor para alavancar o desenvolvimento econômico.

Abaixo, ao abrir os dados do pilar de inovação, e sua divisão de critérios, conseguimos analisar de forma mais detalhada onde estão os avanços nessa área:

Inovação - Posição	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bolsa de Mestrado e Doutorado	-	-	-	5	10	5	6	4	6
Investimentos Públicos em P&D	21	23	17	20	22	23	23	23	25
Patentes	1	1	2	1	1	1	1	1	1
Pesquisa Científica	-	-	-	-	6	6	6	6	4
Empresas de Alto Crescimento	-	-	-	-	-	-	-	27	27
Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	4	3
Estrutura de apoio à inovação	-	-	-	2	2	1	1	1	2

Apesar do avanço expressivo do Rio Grande do Sul no pilar de inovação, o baixo desempenho em investimentos públicos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é um ponto preocupante. Esse dado indica uma possível falta de priorização por parte do governo, levantando a questão sobre se, mesmo em um cenário fiscal restrito, não haveria espaço no orçamento para fomentar essa área essencial.

A ausência de investimentos robustos em P&D pode comprometer a sustentabilidade desse progresso e limitar o potencial de inovação a longo prazo. Para assegurar que o estado mantenha sua posição de liderança e transforme a inovação em um motor permanente de crescimento, seria fundamental que o Governo do Estado direcionasse recursos e incentivos a esse segmento estratégico.

Outro aspecto desafiador dentro do pilar de inovação para o Rio Grande do Sul é a baixa presença de "empresas de alto crescimento", segundo os critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essas empresas, caracterizadas por seu rápido aumento de receita e de número de empregados, são essenciais para dinamizar a economia, gerar empregos de qualidade e impulsionar a competitividade regional.

A menor quantidade desse tipo de empreendimento no estado sugere dificuldades em promover condições para que as empresas locais escalem e inovem de maneira sustentável. Para transformar essa realidade, o Rio Grande do Sul precisa fortalecer políticas que incentivem o crescimento acelerado de negócios, facilitando o acesso a financiamento, reduzindo entraves burocráticos e fomentando a capacitação empresarial, o que contribuiria para um ecossistema de inovação mais robusto e competitivo.

Outro ponto a ser observado e trazido pelo CLP, é que o Rio Grande do Sul enfrenta um sério desafio de envelhecimento demográfico, que já impacta o mercado de trabalho. Com uma população em processo acelerado de envelhecimento, o estado vê a força de trabalho diminuir, afetando diretamente a disponibilidade de mão de obra qualificada e colocando em risco a continuidade do crescimento econômico.

Esse cenário pode resultar em limitar a inovação e a renovação no ambiente empresarial. Para enfrentar essa questão, é crucial que o estado adote políticas de retenção de talentos, incentive a migração de jovens e priorize a qualificação e requalificação dos trabalhadores atuais, garantindo uma base produtiva sustentável no longo prazo.

Por fim, no tocante a Lei da Liberdade Econômica e seus efeitos, o CLP exibiu um comparativo entre os anos 2020 e 2024[1], no quesito tempo de abertura

[1] Comparativo de Tempo para Abertura de Empresas - Microsoft Power BI

para empresas no Rio Grande do Sul, onde em 2020 a média era de 109 horas e em 2024 caiu drasticamente para 12 horas. Com relação a nossa capital, Porto Alegre, o comparativo mostra que em 2020 eram necessárias 97 horas para se abrir uma empresa e agora, em 2024, são necessárias apenas 7 horas, segundo estimativas do CLP. Isso mostra a força que a Lei aprovada em 2019 carrega por onde passa e como deixa raízes que visam a melhora da prosperidade.

A visita ao Centro de Liderança Pública (CLP) proporcionou uma análise abrangente sobre a posição do Rio Grande do Sul no Ranking de Competitividade dos Estados, revelando tanto avanços quanto desafios nos diversos pilares avaliados. Os dados do CLP mostraram que, embora o estado tenha se destacado como líder em inovação, essa conquista ainda é limitada pela falta de investimentos públicos em P&D e pela baixa presença de empresas de alto crescimento, o que limita o potencial de transformação a longo prazo.

A situação fiscal permanece crítica, com o Rio Grande do Sul nas últimas posições no pilar de solidez fiscal, evidenciando a necessidade de um planejamento financeiro mais eficiente. Ademais, o envelhecimento demográfico traz desafios adicionais, refletindo-se na composição e renovação do mercado de trabalho. A partir dessa avaliação, a Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico tem agora uma visão estratégica mais precisa sobre as áreas prioritárias, reforçando a importância de uma abordagem integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável e competitivo do estado.

VII. O PROGRAMA ESTADUAL DE LIBERDADE ECONÔMICA DE GOIÁS

A Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul realizou uma visita técnica a Goiânia, onde foi recebida inicialmente pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado, antes de dialogar com os Secretários de Estado responsáveis pela execução do Programa de Liberdade Econômica. O objetivo foi conhecer de perto as práticas e estratégias implementadas pelo governo goiano, que têm mostrado resultados promissores nos indicadores econômicos locais, para identificar ações aplicáveis ao contexto gaúcho. Com essa troca de experiências, a Comissão busca avaliar políticas inovadoras que possam fortalecer o ambiente de negócios e promover maior dinamismo econômico no Rio Grande do Sul, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e competitivo do estado.

O Programa de Liberdade Econômica de Goiás vai muito além da aplicação isolada da Lei da Liberdade Econômica; ele representa um conceito transversal que permeia todas as secretarias e áreas do governo. Durante a visita técnica, a Comissão gaúcha pôde observar que essa abordagem cria uma filosofia de atuação integrada, na qual o governo age de forma coordenada para desburocratizar, incentivar a livre iniciativa e facilitar o ambiente de negócios em todos os níveis. Esse alinhamento entre as secretarias fortalece a implementação das políticas econômicas, garantindo que as ações estejam sempre direcionadas ao fortalecimento do empreendedorismo e à geração de empregos. Com isso, Goiás estabelece um modelo governamental ágil e favorável à inovação, um exemplo que o Rio Grande do Sul pretende estudar e, onde possível, adaptar para seu próprio contexto.

Na reunião com o Governador Ronaldo Caiado, ele fez questão de enfatizar ao Presidente e Relator da Comissão, que o principal pilar e ponto de partida para a virada de chave nas políticas que seriam implementadas pelo seu governo foi a segurança pública. Com investimento e estratégias focadas na segurança, hoje o estado consegue receber, inclusive, empresas que buscam ali se instalar tão somente pela segurança fornecida, uma vez que em seu estado de origem, não tinham mais essa tranquila em seus negócios.

Essa questão sobre o foco na segurança para pavimentar todas as outras áreas do governo, teve seu resultado ainda mais explícito por parte de empresas que se mudam para o estado e nem se importam se obterão algum tipo de incentivo fiscal, elas fazem a mudança tão somente pela segurança que terão para o regular funcionamento de suas atividades, sendo a causa principal.

O Governador Caiado também salientou sua visão sistêmica de governo, em como os conceitos de sua orientação político-governamental devem permear de forma transversal todas as secretarias, autarquias e departamentos que compões a administração estadual

Após uma longa conversa com o Governador, a Comissão pode se reunir com o corpo de secretários do Governo do Estado de Goiás que articulam as

políticas do Plano Estadual de Liberdade Econômica, onde fomos recebidos pelo Secretário Geral de Governo, Adriano da Rocha Lima; Diretor-executivo do Instituto Mauro Borges, Erik Figueiredo; Secretário da Economia, Francisco Sérvulo; e o Procurador-geral do Estado, Dr Rafael Arruda.

Com o início das exposições nos relataram que desde 2018, o Estado de Goiás passou por uma transformação significativa em suas finanças, segurança e ambiente de negócios, demonstrando resultados expressivos em várias frentes. Enfrentando uma situação fiscal delicada, onde o estado estava “quebrado” e com salários parcelados, o governo iniciou uma gestão rigorosa de austeridade que, após a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) no final de 2021, permitiu reorganizar as contas públicas. Em 2024, Goiás já registra um saldo positivo de R$ 16 bilhões em caixa, revelando o sucesso dessa virada fiscal e possibilitando a implementação de políticas públicas mais abrangentes e sofisticadas.

No campo da segurança, Goiás reduziu drasticamente a criminalidade, especialmente os roubos de carros, que caíram de 1.400 para cerca de 40 ocorrências mensais. Esse avanço resultou também na diminuição do custo dos seguros de automóveis na capital, que passou a ter o menor valor entre todas as capitais brasileiras – uma mudança expressiva em relação ao passado, quando estava entre os mais caros. Goiás também assumiu a liderança como governo mais digital do país em 2024, ultrapassando até o Rio Grande do Sul em processos de digitalização, o que melhora a eficiência dos serviços públicos.

A transformação econômica inclui o lançamento do Programa de Liberdade Econômica, que vai muito além da Lei de Liberdade Econômica, incorporando um conceito amplo de autorregulação empresarial. A filosofia de Goiás privilegia a agilidade no empreendedorismo: cerca de 1.000 CNAEs agora estão isentos de licenciamento para abrir e operar, o que demonstra a inversão de lógica no trato com o setor privado. Além disso, políticas fiscais, que anteriormente ofereciam isenções de maneira desequilibrada, foram reestruturadas e institucionalizadas no programa PRO GOIÁS, garantindo clareza e uniformidade nos benefícios concedidos.

O estado também se destaca no combate ao desemprego, registrando o menor índice da história e enfrentando, agora, a falta de mão de obra qualificada para suprir a crescente demanda do mercado. Para solucionar essa questão, Goiás investe em escolas profissionalizantes focadas em áreas estratégicas, além de expandir a infraestrutura de internet, levando fibra óptica a 100% do estado. Esse projeto é respaldado por estudos do IPEA, que indicam um crescimento econômico de 1% para cada 10% de expansão de acesso à internet.

Na matriz energética, Goiás tem se tornado referência em bioenergia, com forte produção de biocombustíveis e biomassa, tendo o maior potencial de geração de biogás do Brasil, devido à sua produção de cana-de-açúcar e milho. A frota estatal está sendo completamente renovada para utilizar biogás, com 500 novos veículos movidos a esse combustível, promovendo parcerias público-privadas (PPPs) para impulsionar ainda mais esse setor.

O estado utiliza como ferramenta institucional o IMB – Instituto Mauro Borges de Estáticas e Estudos Sócio Econômicos, que, vinculado à Secretaria de Governo, se dedica a monitorar e avaliar a eficácia das políticas públicas, garantindo uma análise integrada das ações governamentais e fornecendo lições valiosas para o aprimoramento das políticas. O instituto lidera também o Programa Estadual de Liberdade Econômica, sustentando a noção de que boa parte do “custo Brasil” pode ser mitigada com iniciativas estaduais e municipais, sem depender do governo federal. Goiás defende que essa estrutura de liberdade econômica seja institucionalizada, transformando-a em uma política de Estado, não apenas uma iniciativa de governo.

Com o foco na segurança jurídica, o estado simplificou processos essenciais, como o licenciamento ambiental, que agora é totalmente digital e igualitário, sem privilégios para grandes empresários e com uma média de concessão em menos de 90 dias. Além disso, o Programa PRO GESTÃO facilita a concessão de benefícios fiscais, com aprovação em até 30 dias, oferecendo um ambiente seguro e ágil para investimentos. Inspirando-se no Espírito Santo, Goiás

desenvolveu um sistema de monitoramento em tempo real para acompanhar os resultados dos investimentos.

Assim, Goiás já prepara o terreno para sustentar o crescimento econômico sem depender exclusivamente de incentivos fiscais, visando uma adaptação progressiva à reforma tributária. Com uma abordagem moderna, que inclui convênios onde o setor privado executa e depois explora as obras, sem interferência direta do governo, o estado avança em uma trajetória de crescimento econômico sólido e autossustentável, refletindo um modelo que outros estados podem seguir

Importante destacar que Goiás iniciou um projeto inovador de transação tributária com foco em micro e pequenas empresas, além de empresas em processo de falência, visando promover a regularização fiscal e a revitalização econômica. Esse programa permite que empresas com dificuldades financeiras, mas com potencial de recuperação, obtenham descontos e condições de parcelamento para quitar suas dívidas com o Estado. Com isso, elas podem recuperar sua certidão positiva, condição essencial para retomar operações plenas, participar de licitações e acessar linhas de crédito.

O projeto também estabelece uma nova regra para a judicialização de débitos: somente dívidas acima de R$ 500 mil são ajuizadas, enquanto valores menores são tratados diretamente pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Esse critério permite que o sistema judicial seja desonerado de processos de menor porte, facilitando a negociação e a resolução ágil das dívidas tributárias das pequenas empresas. Ao regularizar essas pendências fiscais, o programa estimula a reinserção das empresas na economia ativa, o que, além de aquecer o mercado, fortalece a arrecadação estadual de forma sustentável.

Outro ponto que chamou a atenção da Comissão durante essa visita técnica ao Governo de Goiás o forte alinhamento entre o Governador, seus secretários e a Procuradoria-Geral do Estado. Todos demonstraram uma unidade notável, adotando conceitos e diretrizes comuns que norteiam as políticas públicas.

Esse alinhamento revela como a sintonia entre as diferentes áreas de governo – sem divisões ideológicas ou conflitos de visão – favorece avanços significativos e coordena ações para alcançar os mesmos objetivos. A gestão integrada, com cada secretaria atuando em consonância com um propósito comum, mostra-se essencial para os resultados positivos que Goiás vem obtendo.

Por fim, para entendermos de forma ainda mais aprofundada e com mais dados o Programa Estadual de Liberdade Econômica de Goiás, um de seus articuladores, o economista Eirk Figueiredo, que é Diretor Executivo do Instituto Mauro Borges, escreveu um artigo sobre seu funcionamento:

"A economia goiana vem acumulando bons resultados nos últimos anos. O crescimento acumulado do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2019 e 2023 foi quase o dobro do crescimento acumulado no restante do Brasil. Como um reflexo dessa dinâmica, o estado de Goiás vem registrando recordes de geração do emprego, atingindo a máxima históricas no nível de ocupação, combinada com a elevação da renda média do trabalho (pela primeira vez, superior à renda média nacional).

Esse círculo virtuoso da economia goiana demanda ações visando à sua continuidade. Foi nesse espírito que lançamos o Programa Estadual de Liberdade Econômica. Trata-se de uma série de políticas públicas com custo fiscal zero. Iniciativas voltadas para a revisão de normas regulatórias e burocracias estatais, visando a melhora no ambiente de negócios de Goiás. A direção está posta: a liberdade econômica como motor do desenvolvimento do estado.

O sucesso desse tipo de política já é bem documentado na literatura internacional. O relatório do Doing Business do Banco Mundial,1 descontinuado em 2020, reúne as principais ações e avaliação das medidas pró-mercado sobre as economias mundiais. É emblemático o caso da Austrália que, ao adotar medidas voltadas para o "direito de empreender", conseguiu alavancar o seu Produto Interno Bruto (PIB), passando mais de 29 anos sem registrar uma única recessão.

No Brasil, o maior exemplo de sucesso das reformas microeconômicas voltadas para a liberdade do mercado foi registrado no âmbito trabalhista. A

flexibilização das relações de trabalho, iniciada com a reforma trabalhista de 2017, permitiu a redução expressiva nos custos e a criação de novas oportunidades de ocupação. Os exemplos são diversos, a introdução da sucumbência – ou seja, a exigência de que parte perdedora deve ressarcir a vencedora no processo trabalhista –, possibilitou uma queda de mais 30% nas ações trabalhistas e, segundo estimativas presentes na literatura, contribuiu para uma redução de 1,7 ponto percentual (pp) na taxa de desemprego.

Mudanças, quase imperceptíveis, foram introduzidas a partir de 2019, dentre elas, as modificações e revogações de 29 das Normas Regulamentadoras (NRs) e da consolidação das normativas infralegais, em que, mais de 1.100 atos foram simplificados e sintetizados em apenas 15. São exemplos desses atos, a eliminação de exigências cartoriais, adoção de ferramentas eletrônicas, harmonização da atuação da inspeção do trabalho no território nacional, e, a agora questionada pela atual gestão do governo federal, objetivação dos critérios para concessões de autorizações para os trabalhos em dias de domingo e feriados.

Há pouca evidência empírica relacionada às reformas microeconômicas implementadas pelo governo federal no mercado de trabalho entre 2019-2022. Contudo, um número chama atenção. Em um estudo que avaliou os efeitos da reforma trabalhista no Brasil, os autores estimaram um cenário otimista para a evolução da população ocupada. Seus resultados indicaram que, se tudo desse certo, chegaríamos a 2028 com 98 mil com ocupação. Como já informado no início do texto, no final de 2022, portanto, 6 anos antes dessa data, já havíamos registrado mais 99 mil pessoas ocupadas. Isso indica que aconteceu algo de diferente no pós-reforma trabalhista. Algo no sentido da flexibilização das relações de trabalho, da liberdade do indivíduo decidir a forma ideal de ofertar a sua força de trabalho.

Essas são as inspirações do Programa Estadual de Liberdade Econômica do estado de Goiás. Uma política pública moderna, que convida os investidores nacionais e internacionais a empreenderem no estado. Muito além de um conjunto de medidas, a iniciativa do governo do estado abre um canal direto com a iniciativa privada, convidando-os a debater os principais entraves burocráticos enfrentados pelo setor produtivo.

Em uma estimativa preliminar, associada à identificação do Custo Brasil no estado de Goiás (estudo que será divulgado no final de janeiro de 2024 pelo

Instituto Mauro Borges – IMB), aponta que as medidas pertencentes ao Programa Estadual de Liberdade Econômica têm o potencial de reduzir custos para o setor produtivo na ordem de R$ 19 bilhões (aproximadamente 7% do PIB goiano em valores de 2022).

Algumas medidas já foram concluídas. A principal delas é a Lei de Liberdade Econômica (LLE) do estado. Em síntese, a lei instituiu a permissão para desenvolver quaisquer atividades econômicas, desde que de baixo risco, sem a necessidade de atos públicos de liberação dessa atividade, observadas, normas de proteção ambiental, o direito real, regulamentações condominiais e a legislação trabalhista. A iniciativa fez de Goiás o estado com maior abrangência da Lei de Liberdade Econômica no Brasil.

A modernização do registro dos bens imóveis rurais removerá um importante tramite burocrático para a sociedade goiana. A emissão da Localização de Área (LDA), documento requerido pelos Cartórios de Registro de Imóveis, emitido pelo IMB e que atesta a localização geográfica de um imóvel rural, deixará de ser física. Com isso, não serão mais necessários os deslocamentos entre os órgãos e longo prazo de regularização. Um processo de pelo menos um mês, será reduzido para duas horas, de forma totalmente remota. Isso reduzirá os custos de transação seguindo os moldes da Modernização do Registros Públicos, ainda não implantada no âmbito federal. Ademais, várias regulamentações serão revisitadas. Áreas como a saneamento básico, energia, transportes, regulação econômica, desestatização, controle da sanidade animal e vegetal, entre outras, estão no foco principal do Programa Estadual de Liberdade Econômica.

Se quer também modernizar o funcionamento da política pública do estado de Goiás. Seguindo a recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o cálculo dos parâmetros do PIB e da Inflação que podem ser usados para a confecção das leis orçamentárias estaduais, serão realizados pelo IMB, um órgão externo ao que elabora o orçamento. A realidade econômica de Goiás é ímpar e seu orçamento deve ser pautado em parâmetros locais.

Nessa mesma linha de raciocínio, pretende-se desenvolver o resultado fiscal estrutural do estado. Um produto ainda inédito no âmbito subfederativo. A ideia central é separar o impacto das oscilações conjunturais da economia sobre as contas

públicas da situação fiscal de longo prazo. O resultado dessa medida é fornecer uma avaliação mais precisa da situação fiscal de Goiás, além de verificar impactos de reformas tributárias, permitindo uma melhor análise das políticas fiscais adotadas pelo governo e orientando a definição de metas fiscais mais realistas e sustentáveis no longo prazo.

Os impactos das políticas públicas também poderão ser atestados a partir do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. O objetivo será o de definir os projetos, os programas ou as políticas públicas selecionadas a partir do Plano Plurianual (PPA) que serão avaliadas a cada ciclo, considerando a agenda de prioridades governamentais, o volume orçamentário investido nas iniciativas, a capacidade técnica e financeira dos órgãos governamentais e a disponibilidade de recursos para realização das avaliações.

Toda a agenda está associada a um calendário de entregas, com diagnóstico e impactos esperados. Para muito além das iniciativas listadas nesse artigo, Programa Estadual de Liberdade Econômica do estado de Goiás pretende ser o ponto focal para as ideias que venham contribuir com a modernização da política pública do estado. O resultado final será a ampliação da vantagem produtiva de Goiás, com rebatimento direto na elevação do bem-estar de sua população."

XVIII. SEMINÁRIO DE DESBUROCRATIZAÇÃO, INOVAÇÃO E SOLUÇÕES

Data: 04/11/2024

Painelistas:

Dep. Estadual Guilherme Pasin – Presidente da Comissão

Dep. Estadual Rodrigo Lorenzoni – Relador da Comissão

Dep. Estadual Felipe Camozzato

Ernani Polo – Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul

Ricardo Gomes – Vice-Prefeito de Porto Alegre

Julia Evangelista Tavares – Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre

Luiz Carlos Pinto – Secretário Municipal de Inovação de Porto Alegre

Pedro Valério – CEO do Instituto Caldeira

Jerônimo Goergen – Relator da MP da Liberdade Econômica na Câmara de Deputados em 2019

Resumo das Exposições:

O Seminário de Desburocratização, Inovação e Soluções, realizado pela Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul, teve como palco o Instituto Caldeira, em Porto Alegre – um espaço reconhecido como polo de empreendedorismo e inovação no estado. Reunindo expoentes do setor público e privado, o evento foi planejado com um objetivo claro: ultrapassar o campo das discussões teóricas e promover ações práticas e concretas que possam transformar o cenário econômico do Rio Grande do Sul.

Com a participação de especialistas renomados, o seminário centrou-se em questões cruciais como a desburocratização e a modernização de processos, reconhecidos como pilares para fortalecer o ambiente de negócios e alavancar o desenvolvimento regional. A escolha do Instituto Caldeira para sediar o evento reforça o compromisso com a inovação e sinaliza a busca de um caminho viável para simplificar e tornar mais eficiente a administração pública. Ao longo do encontro, foram discutidas soluções viáveis que possam ser efetivamente implementadas, visando a um Estado mais competitivo, ágil e favorável ao crescimento sustentável.

Na abertura, o deputado Guilherme Pasin, presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do evento para o futuro econômico do estado. Agradecendo a presença de todos, Pasin enfatizou que o propósito da comissão é mais do que meramente discutir problemas: é buscar respostas concretas, diagnosticar com precisão os entraves que dificultam o crescimento econômico e, principalmente, apresentar soluções viáveis que beneficiem os empreendedores.

Segundo Pasin, a missão da comissão é remover as barreiras que ainda prejudicam a competitividade e a inovação no Rio Grande do Sul, facilitando o caminho para quem deseja investir e empreender. Em seu discurso, o deputado destacou a importância de transformar o ambiente de negócios em um terreno fértil para o desenvolvimento, eliminando burocracias desnecessárias e tornando o

estado um lugar mais propício para o crescimento de novos e antigos empreendimentos.

Na sequência, o deputado Felipe Camozzato elogiou o trabalho já desenvolvido pela Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico e reforçou a necessidade de ir além do debate, avançando efetivamente para a execução das ideias discutidas. Em sua fala, Camozzato destacou um ponto crítico: embora muitas cidades do Rio Grande do Sul já tenham aprovado a Lei da Liberdade Econômica, na prática, seus avanços ainda não estão sendo plenamente implementados para beneficiar a população e os empreendedores na ponta.

Para ele, essa desconexão entre a legislação e a prática representa um desafio central, que demanda ações urgentes e eficazes. Ele enfatizou que o compromisso da comissão deve ser não apenas aprovar normas que favoreçam a liberdade econômica, mas garantir que os municípios as adotem de maneira concreta e efetiva, gerando um ambiente de negócios mais dinâmico e menos burocrático em todo o estado.

Por fim, Camozzato sublinhou ainda que as prefeituras têm um papel fundamental e um longo caminho a percorrer para garantir que os princípios da Lei da Liberdade Econômica sejam de fato aplicados no cotidiano dos empreendedores. Ele afirmou que é essencial que as administrações municipais se esforcem ativamente para que as mudanças saiam do papel e se tornem realidade prática, facilitando a vida de quem empreende e contribuindo para um ambiente de negócios mais ágil e livre de entraves burocráticos.

O relator da comissão, deputado Rodrigo Lorenzoni, fez uma comparação incisiva ao abordar a necessidade de combater constantemente a burocracia. “A burocracia cresce como unha, temos que estar sempre cortando”, declarou, destacando que a máquina pública e os processos burocráticos tendem a se reorganizar e ocupar espaço sempre que encontram brechas. Lorenzoni enfatizou que, para garantir um ambiente mais eficiente e funcional, é crucial manter um

combate contínuo, ajustando e atualizando regularmente as estratégias para conter o avanço da burocracia.

Segundo o deputado, essa vigilância constante é essencial para que o trabalho da comissão produza efeitos duradouros e concretos, impedindo que novas barreiras sejam criadas e garantindo que o esforço pela desburocratização realmente se reflita na prática, facilitando a vida dos empreendedores e de todos que dependem dos serviços públicos.

Concluindo sua fala, o deputado Rodrigo Lorenzoni ressaltou que a melhoria do ambiente de negócios não é uma responsabilidade exclusiva do poder legislativo ou executivo. Trata-se de uma construção coletiva que deve envolver todos os poderes constitutivos. Ele frisou a importância de, em etapas futuras, incluir o poder judiciário nessa discussão, pois a forma como o judiciário interpreta a legislação econômica e ambiental muitas vezes difere da perspectiva adotada pelos estados e municípios, criando uma falta de sintonia que complica o bom andamento das políticas de incentivo ao desenvolvimento.

Lorenzoni destacou que, para que a desburocratização e as reformas realmente avancem, é essencial alinhar as interpretações legais e promover uma compreensão unificada das normas, visando à segurança jurídica e à eficiência na implementação das medidas. Segundo ele, essa aproximação entre os poderes contribuiria significativamente para que os objetivos do seminário e da comissão fossem atingidos, criando um ambiente de negócios mais harmonioso e previsível, fundamental para atrair e sustentar o investimento e o empreendedorismo no Rio Grande do Sul.

Por meio de uma participação online, o ex-deputado federal Jerônimo Goergen, que foi relator da Medida Provisória da Lei da Liberdade Econômica na Câmara dos Deputados, trouxe uma reflexão sobre os avanços e desafios da legislação. Goergen destacou que a Lei da Liberdade Econômica, aprovada há cinco anos, representa um marco importante na desburocratização do ambiente de negócios no Brasil, mas já exige uma evolução constante para acompanhar as novas demandas e realidades econômicas.

Segundo ele, a legislação precisa passar por revisões permanentes, garantindo que continue a facilitar o empreendedorismo e a criação de novas oportunidades econômicas. Goergen enfatizou que o compromisso com a liberdade econômica deve ser contínuo e dinâmico, adaptando-se às necessidades do setor produtivo e eliminando obstáculos que ainda persistem no sistema. Com essas atualizações, ele acredita que a lei poderá se manter eficaz e cumprir seu propósito de fomentar um ambiente mais livre e competitivo para os empreendedores.

Jerônimo Goergen finalizou sua participação salientando a força institucional da Lei da Liberdade Econômica, apontando que sua robustez é tal que nem mesmo governos de viés mais à esquerda conseguiram evitar o cumprimento das diretrizes de análise de impacto regulatório. Para ele, esse é um reflexo da importância da legislação, que vai além de alinhamentos ideológicos e representa um compromisso com a eficiência e transparência regulatória.

Goergen também destacou que é fundamental avançar nessa prática em nível estadual, implementando análises de impacto regulatório e estabelecendo diretrizes contra o abuso regulatório, que possam resguardar o setor produtivo de exigências excessivas e desnecessárias. Segundo ele, a inclusão do judiciário nesse processo é essencial para pacificar a interpretação da lei, assegurando uma aplicação mais uniforme e alinhada aos princípios da liberdade econômica. Dessa forma, a legislação poderá cumprir seu papel de garantir segurança jurídica e reduzir entraves para os empreendedores, tornando o ambiente de negócios mais estável e previsível no Rio Grande do Sul.

O Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, ressaltou os avanços significativos alcançados pelo governo estadual nos últimos anos em relação à liberdade econômica. Ele enfatizou que o compromisso com a redução de entraves burocráticos e o fomento ao empreendedorismo tem sido uma prioridade, embora reconheça que há temas complexos, que podem não ser simpáticos, mas que precisam ser enfrentados em colaboração estreita entre o poder executivo e o legislativo.

Polo chamou atenção para um ponto crítico que impacta diretamente o ambiente de negócios: a insegurança jurídica no âmbito da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Segundo ele, as interpretações e decisões no tribunal regional têm se desviado significativamente do que é aplicado em outras regiões do país, gerando distorções e desestimulando investidores, que buscam maior previsibilidade para alocar seus recursos. Essa falta de alinhamento, explicou Polo, afasta potenciais investimentos e, portanto, deve ser abordada para tornar o estado um ambiente mais competitivo e seguro para empreendedores e investidores.

Ernani Polo também destacou que a burocracia não se limita ao setor público: ela está presente até mesmo na iniciativa privada, onde muitas empresas enfrentam desafios internos que exigem processos de simplificação e desburocratização para melhorar sua eficiência. No entanto, ele ressaltou que, no âmbito do poder público, a burocracia é ainda mais robusta e institucionalizada, tornando o esforço de desmantelamento desses entraves um processo mais complexo e contínuo.

O Vice-Prefeito de Porto Alegre, Ricardo Gomes, trouxe uma perspectiva histórica sobre a liberdade econômica, destacando que essa é uma das grandes dívidas que o Estado brasileiro ainda tem com a sociedade. Segundo ele, no processo de redemocratização e abertura política da década de 1980, ficou faltando um pilar essencial da agenda: a liberdade econômica. Enquanto muitos avanços ocorreram na área política, o país permaneceu preso a uma estrutura econômica excessivamente centralizadora e intervencionista.

Ricardo Gomes enfatizou que o Brasil seguiu operando com uma mentalidade herdada de um modelo imperial, onde o Estado exerce um controle quase absoluto sobre o mercado. Nesse sistema, as empresas dependem de uma autorização estatal para funcionar, como se precisassem pedir licença para cada passo, o que resulta em uma burocracia pesada e restritiva. Ele apontou que essa dependência do aval estatal é um reflexo da falta de autonomia econômica, que inibe a iniciativa privada e retarda o crescimento econômico. Para Gomes, corrigir essa distorção histórica e avançar rumo a uma verdadeira liberdade econômica é um

passo crucial para consolidar um ambiente de negócios saudável e competitivo no Brasil.

O Vice-Prefeito também ressaltou a importância de que a Lei da Liberdade Econômica seja implementada em nível estadual e municipal, incluindo o âmbito ambiental, para garantir que as normas realmente sejam cumpridas na ponta, especialmente pelos servidores públicos. Ele explicou que, muitas vezes, a aplicação da lei federal enfrenta resistência quando chega ao nível municipal, onde servidores se deparam com leis ou decretos locais que vão na contramão das diretrizes de liberdade econômica.

Segundo Gomes, essa disparidade cria obstáculos para o empreendedor, que, mesmo respaldado por uma legislação federal, vê sua demanda negada por normas locais em conflito. Ele destacou que a implementação da lei em todas as esferas é essencial para assegurar que os servidores sejam obrigados a observar a norma, garantindo a uniformidade e a eficácia das políticas de desburocratização. Com esse respaldo legislativo, a intenção é forçar a aplicação efetiva da lei, trazendo mais segurança e previsibilidade para quem está na linha de frente do empreendedorismo.

Por fim, o vice-prefeito Ricardo Gomes destacou os inúmeros avanços conquistados pelo município de Porto Alegre no campo da liberdade econômica e da desburocratização. Ele mencionou o simbólico *ato do enterro dos carimbos*, um gesto que marcou o compromisso da cidade em reduzir a burocracia e agilizar processos. Além disso, Porto Alegre alcançou o primeiro lugar no ranking nacional de ambiente de negócios, uma conquista que reflete o esforço em tornar a cidade um lugar mais atraente e acessível para empreendedores.

Gomes também mencionou os decretos municipais que isentam alvarás para atividades de baixo risco, facilitando a vida dos pequenos empresários e incentivando o crescimento de novos negócios. Ele reforçou que, para além das boas ideias e das leis aprovadas, é fundamental garantir a execução das normas com coragem e determinação na ponta, garantindo que os avanços não fiquem apenas

no papel, mas sejam sentidos de forma concreta por quem deseja empreender e contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade.

O Secretário Municipal de Inovação de Porto Alegre, Luiz Carlos Pinto, trouxe uma perspectiva histórica sobre a burocracia no Brasil, afirmando que, ao longo de 500 anos, acumulamos uma série de regulamentos desnecessários que hoje dificultam o desenvolvimento econômico e a inovação. Segundo ele, esse acúmulo criou um ambiente tão rígido que tornou o processo de desburocratização uma necessidade urgente no país, impulsionando o movimento atual por simplificação e eficiência.

Pinto refletiu que o cenário de inovação no Brasil era frustrante, pois parecia quase impossível desenvolver um setor inovador devido ao peso da burocracia e à lentidão da máquina pública, que desmotivavam até mesmo a iniciativa privada. Ele observou que essa situação começou a mudar com o avanço rápido das tecnologias, que ultrapassou a capacidade regulatória do Estado. Esse fenômeno criou lacunas regulatórias que permitiram o surgimento de novos modelos de negócios, como o caso do Uber, que se expandiu justamente em um período em que não houve tempo para que fossem impostas barreiras regulatórias.

Para o secretário, esse exemplo evidencia a importância de uma abordagem menos reguladora e mais adaptável, onde a inovação possa se desenvolver sem ser sufocada por normas ultrapassadas. Pinto defendeu que, para que o Brasil possa se tornar um verdadeiro polo de inovação, é essencial permitir que as novas tecnologias e modelos de negócios cresçam em um ambiente mais dinâmico e flexível, onde a regulação seja equilibrada e permita o desenvolvimento econômico.

Por fim, o secretário Luiz Carlos Pinto apresentou algumas medidas práticas que podem contribuir para um ambiente de negócios mais dinâmico e eficiente. Ele sugeriu a criação de um sistema unificado de certidões legais e tributárias, onde a situação das empresas esteja atualizada e disponível permanentemente, aliviando o empreendedor da obrigação de reunir

constantemente esses documentos e transferindo para o Estado a responsabilidade de manter essa conformidade. Esse sistema facilitaria o processo de verificação e reduziria o tempo gasto com burocracias desnecessárias.

Pinto também enfatizou a necessidade de impor prazos máximos para que órgãos públicos respondam a solicitações, um direito já garantido por lei, mas que muitas vezes não é cumprido na prática. Ele sugeriu a implementação de mecanismos que assegurem o cumprimento rigoroso desses prazos, de modo que a resposta seja fornecida dentro do tempo estipulado, obrigando a administração pública a agir de forma mais ágil e transparente. Segundo ele, essas medidas seriam passos essenciais para fortalecer a confiança dos empresários no poder público e para promover um ambiente de negócios mais atraente e eficiente.

Pedro Valério, CEO do Instituto Caldeira e anfitrião do seminário, reforçou o compromisso da instituição com a inovação, a melhoria do ambiente de negócios e o incentivo ao empreendedorismo no Rio Grande do Sul. Ele destacou que o Instituto Caldeira está profundamente envolvido nesses temas, buscando contribuir ativamente para o desenvolvimento de soluções práticas que beneficiem o ecossistema local.

Valério ressaltou a importância dos avanços do *sandbox* regulatório no estado, um instrumento que permite o teste de inovações em um ambiente controlado, facilitando o desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de negócios sem as restrições tradicionais. Esse mecanismo tem sido essencial para atrair e reter talentos e investimentos na região, fortalecendo o cenário de inovação do RS.

Recentemente, Valério esteve no Vale do Silício, de onde trouxe uma visão inspiradora para o futuro de Porto Alegre como um polo de inovação. Ele observou que, embora o estado esteja bem posicionado em termos de inovação, há ainda muito a aprender com o Vale do Silício, especialmente na criação de um ecossistema colaborativo e robusto que una governo, iniciativa privada e academia. Ele destacou que a inspiração vinda de um dos maiores polos de inovação do mundo

é um passo importante para que Porto Alegre se consolide como uma referência em inovação e tecnologia no Brasil.

Por fim, Pedro Valério expressou uma preocupação crescente: desde as enchentes de maio de 2024, o Rio Grande do Sul tem enfrentado um agravamento na evasão de talentos, com muitos profissionais buscando ambientes mais favoráveis para trabalhar e inovar. Ele alertou para a necessidade urgente de atenção a esse fenômeno, que pode enfraquecer o potencial de desenvolvimento regional e comprometer o futuro do estado como polo de inovação.

Valério também ressaltou a importância dos rankings nacionais que medem indicadores de competitividade e ambiente de negócios no Brasil. Esses rankings, segundo ele, servem não apenas como referência para identificar pontos fortes e áreas de melhoria, mas também como ferramentas para orientar políticas e iniciativas que tornem o ambiente gaúcho mais atraente e seguro para talentos e investidores. Enfatizou que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul precisam buscar posições de destaque nesses indicadores, usando-os como estímulo para consolidar uma cultura de inovação e competitividade, fundamental para reter e atrair profissionais qualificados.

Julia Evangelista Tavares, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre, destacou o excelente momento da capital gaúcha, que hoje ostenta o melhor ambiente de negócios do Brasil. Ela mencionou os avanços significativos na desburocratização e na simplificação dos processos administrativos, elementos que vêm contribuindo diretamente para o fortalecimento econômico da cidade.

Tavares salientou que Porto Alegre experimentou um grande salto na abertura de empresas, impulsionado pela Lei da Liberdade Econômica. Com a dispensa de taxas de abertura e a isenção de alvarás para atividades de baixo risco, muitas empresas que anteriormente operavam na informalidade sentiram-se motivadas a se formalizar. Esse processo tem facilitado o acesso ao crédito, promovendo a inclusão de mais empreendedores no mercado formal.

Além disso, a secretária apontou que essas políticas de simplificação e incentivo estão gerando um impacto positivo nas taxas de desenvolvimento da cidade, resultando em uma das menores taxas de desemprego da história de Porto Alegre. Segundo Tavares, essas medidas representam não apenas um alívio burocrático, mas uma transformação real no ambiente econômico, permitindo que o empreendedorismo floresça e contribuindo para uma economia mais forte e dinâmica.

Por fim, Julia Evangelista Tavares ressaltou um desafio crucial para o progresso econômico sustentável: a falta de alinhamento entre os diferentes níveis de governo. Segundo ela, embora Porto Alegre tenha feito grandes avanços na criação de um ambiente de negócios ágil e desburocratizado, o impacto positivo dessas medidas muitas vezes é limitado pela falta de sintonia com órgãos de outras esferas de poder.

Tavares destacou que, para que o empreendedorismo prospere de forma plena, é fundamental que todos os órgãos envolvidos no processo de regulamentação e fiscalização de empreendimentos — inclusive os federais — compartilhem a mesma cultura de eficiência e desburocratização. Ela alertou que, se um empreendimento precisar de aprovações de um órgão federal que opera em um ritmo mais lento ou com práticas excessivamente burocráticas, isso pode frustrar o progresso e anular os esforços realizados no nível municipal.

Para Tavares, a criação de um ambiente de negócios realmente competitivo exige colaboração e alinhamento entre as diversas esferas de governo, garantindo que as melhorias conquistadas nos municípios possam ter efeitos práticos e duradouros para o desenvolvimento econômico local e regional. Essa é uma burocracia que a gente não enxerga.

Para concluir o seminário, o Presidente Guilherme Pasin fez um balanço das discussões e destacou a importância dos temas abordados. Com base em sua experiência de oito anos como Prefeito de Bento Gonçalves, ele mencionou que

compreende bem as amarras e limitações impostas pela máquina pública, mas reafirmou que é possível superá-las com determinação e cooperação.

Pasin trouxe um exemplo emblemático sobre a lentidão do processo de licenciamento ambiental no estado: atualmente, a tramitação para a aprovação de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) leva, é demasiadamente morosa. Ele enfatizou que tais processos precisam ser otimizados, pois o desenvolvimento econômico do estado depende de avanços significativos nessa área.

Encerrando o seminário, Pasin demonstrou satisfação com o trabalho realizado pela comissão até o momento e expressou confiança de que os esforços conjuntos vão gerar resultados concretos e melhorias significativas para o ambiente de negócios no Rio Grande do Sul.

IX. CONCLUSÃO E ENCAMINAHMENTOS

Ao longo desta Comissão do Desenvolvimento Econômico no Rio Grande do Sul, realizou-se uma escuta cuidadosa das demandas e perspectivas dos diversos atores envolvidos no crescimento econômico do estado. Reunindo representantes do setor público, empresários, especialistas e outros envolvidos diretamente no ambiente de negócios, foram identificados os principais gargalos e avanços que marcam o cenário econômico atual, além de se discutir um caminho promissor para o futuro.

Este relatório apresenta uma visão abrangente dos desafios e avanços identificados ao longo das etapas de análise e nas visitas técnicas realizadas em Goiás e São Paulo. Em paralelo, as reuniões com agências de fomento, federações e entidades empresariais trouxeram contribuições essenciais sobre os principais entraves ao desenvolvimento econômico do estado, destacando a necessidade de avanços em áreas cruciais como infraestrutura-logística e a redução da carga tributária.

Essas entidades reforçaram a importância de investimentos em logística, fundamental para fortalecer a competitividade e facilitar o escoamento da produção, especialmente em um estado com forte base industrial e agrícola. Também foi discutido que o atual sistema tributário impõe barreiras significativas ao crescimento das empresas, sinalizando que uma simplificação e redução de impostos poderia impulsionar o ambiente de negócios e atrair novos investimentos. Além disso, foram debatidas melhorias na segurança jurídica e na capacitação profissional, que são pontos-chave para garantir um crescimento sustentável.

A análise fiscal revelou que, para se aproximar de um cenário de equilíbrio e sustentabilidade, é essencial não apenas manter medidas de austeridade e utilizar receitas especiais, mas também alinhar essas práticas a um planejamento que priorize setores estratégicos. Exemplos como o do Programa de Liberdade Econômica de Goiás mostraram o potencial de uma abordagem integrada, combinando autorregulação e desburocratização, com quase 1.000 CNAEs

dispensados de licenciamento inicial e um compromisso com a segurança jurídica, para criar um ambiente de negócios mais dinâmico e acessível. Essa política promoveu avanços na economia goiana, revelando como o Rio Grande do Sul também poderia aplicar práticas semelhantes para atrair investimentos e gerar empregos.

A desburocratização foi amplamente reconhecida como uma necessidade urgente, essencial para transformar o ambiente regulatório e criar condições que estimulem a competitividade e o desenvolvimento sustentável. A burocracia, consolidada por anos, impõe um peso excessivo ao setor produtivo, dificultando desde a criação de novas empresas até a expansão das já existentes. É necessário que se mantenha uma vigilância constante para que os avanços realizados não sejam neutralizados por novas amarras burocráticas.

Também se destacou, ao longo de nossa caminhada, a importância da Lei da Liberdade Econômica, que tem sido fundamental para reduzir entraves e incentivar o empreendedorismo. Contudo, sua implementação efetiva ainda enfrenta desafios, especialmente na ponta, onde as prefeituras e os servidores locais muitas vezes operam com normas municipais que divergem das diretrizes estaduais ou federais. Essa desconexão gera insegurança e desmotivação para quem deseja empreender, reforçando a necessidade de alinhamento entre todas as esferas de governo para que as políticas sejam sentidas de forma prática e concreta.

Observou-se, ainda, o papel fundamental do monitoramento contínuo das políticas públicas, como exemplificado pelo Instituto Mauro Borges em Goiás, que avalia a eficácia de cada medida e possibilita um ajuste rápido e eficiente das estratégias governamentais. Este modelo de monitoramento fornece uma base sólida para decisões políticas embasadas em dados, promovendo transparência e eficiência na alocação de recursos.

Outra questão relevante, amplamente levantada pelos atores da sociedade que foram ouvidos pela comissão, é o notório o consenso sobre o impacto negativo da insegurança jurídica no estado. As interpretações variadas das normas

econômicas e ambientais por diferentes instâncias judiciais criam barreiras para o investimento, afastando empreendedores que buscam estabilidade e previsibilidade. Esse cenário aponta para a importância de uma maior sintonia entre os poderes, possibilitando um ambiente jurídico harmonioso que inspire confiança e facilite a aplicação das leis voltadas ao desenvolvimento econômico.

O futuro do Rio Grande do Sul pode ser muito promissor. O estado possui características únicas e uma população empreendedora, ávida por contribuir para o desenvolvimento da região. O trabalho da Comissão, ao ouvir e diagnosticar esses desafios e ao propor encaminhamentos concretos, representa uma contribuição valiosa para que o estado avance na construção de um ambiente de negócios que inspire confiança e se mantenha em constante aprimoramento.

Em síntese, o trabalho da Comissão destacou que, para enfrentar os desafios econômicos e sociais, o Rio Grande do Sul precisa adotar políticas de longo prazo que priorizem a simplificação e desburocratização dos processos, promovendo um ambiente de negócios mais acessível e dinâmico. Essas ações devem ser acompanhadas do fortalecimento da infraestrutura, da modernização tecnológica e de um ambiente tributário mais favorável, elementos que se complementam para tornar o estado mais atrativo a investimentos e impulsionar o crescimento sustentável.

Com base nas observações e diretrizes apresentadas neste relatório, o Rio Grande do Sul tem a oportunidade de solidificar sua competitividade e consolidar um modelo de desenvolvimento equilibrado e resiliente, adaptado aos novos desafios e capaz de aproveitar as oportunidades econômicas emergentes. A Comissão reafirma seu compromisso em contribuir para que essas políticas sejam executadas, promovendo um futuro mais próspero para o estado.

Sendo assim, encaminhamos:

1. **Propomos uma alteração no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para exigir que todos os projetos de lei de autoria de deputados sejam acompanhados de estimativa de impacto de custos**, garantindo uma análise financeira detalhada das propostas legislativas e contribuindo para uma maior transparência e responsabilidade fiscal. Essa exigência permitiria a estimativa dos custos diretos e indiretos da implementação de cada norma, com uma avaliação do impacto orçamentário e financeiro tanto para erário como para a sociedade, além da identificação das fontes de financiamento. O objetivo principal do regramento é possibilitar uma tomada de decisão informada por parte dos parlamentares, que poderiam avaliar previamente a viabilidade financeira dos projetos, de forma a evitar a aprovação de propostas que possam comprometer a saúde financeira do Estado e assegurar o uso responsável dos recursos públicos.

2. **Sugerimos ao Poder Executivo o aumento de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Rio Grande do Sul**, uma área em que o estado se encontra entre os últimos no ranking nacional, considerando que o estado ainda enfrenta grandes desafios na inovação estruturada. Esse fortalecimento de recursos em P&D visa elevar a competitividade econômica e tecnológica gaúcha, fomentando o desenvolvimento de setores estratégicos que possam impulsionar o crescimento sustentável, gerar empregos qualificados e atrair novos investimentos. Com investimentos consistentes e planejados, seria possível construir um ambiente mais propício à inovação, estimulando parcerias entre universidades, centros de pesquisa e o setor privado para criar tecnologias e soluções que atendam às demandas regionais e globais.

3. **Sugerimos que o Poder Executivo, por meio de decreto, amplie o rol de atividades econômicas classificadas como de baixo risco**, tomando como referência o exemplo do Estado de Goiás, que possui 192 atividades com dispensa de alvarás a mais do que o Estado do Rio

Grande do Sul. Essa ampliação permitiria a dispensa de alvarás e licenças para mais atividades de baixo impacto, facilitando a abertura e operação de pequenos negócios, incentivando o empreendedorismo e reduzindo custos administrativos para os empreendedores e o poder público. A medida fortaleceria ainda mais o ambiente de negócios ao desonerar outros setores com baixo potencial de risco sanitário e ambiental, que hoje não estão contemplados com esta facilidade, promovendo um cenário mais ágil e menos burocrático para as atividades empresariais, o que, consequentemente, impulsionaria o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no Estado.

4. **Sugerimos que o Poder Executivo realize uma revisão completa e revogue todos os decretos sem feitos práticos, em especial os emitidos durante o período da pandemia de COVID-19**. Com essa ação, pretende-se reduzir o volume de normativas em vigor, eliminando dispositivos legais que foram essenciais em um momento emergencial, ou em determinadas situações pontuais, mas que agora representam um ônus desnecessário na administração pública. A revisão e revogação destes decretos vai simplificar o ordenamento jurídico estadual e facilitar o cumprimento das normativas realmente necessárias. Além disso, essa medida contribui para a transparência e a clareza das regulamentações em vigor, possibilitando que a gestão pública e a sociedade gaúcha tenham acesso a um quadro normativo atualizado e eficiente, adequado às novas demandas pós-pandemia.

5. **Sugerimos ao Poder Executivo a criação de um programa de Transação Tributária voltado também para micro e pequenas empresas.** Sendo assim, identificamos que nessa Casa já tramita o Projeto de Lei nº 547/2023, de autoria do Deputado Marcus Vinicius, que dispões sobre a regulamentação da Transação Tributária no Estado, o qual recomendamos célere aprovação. Essa iniciativa visa facilitar a regularização de débitos fiscais, oferecendo condições mais adequadas de parcelamento e descontos proporcionais à capacidade financeira

desses negócios, garantindo que continuem contribuindo para a economia do estado. A transação tributária permitiria que micro e pequenas empresas renegociassem suas dívidas em condições mais favoráveis, evitando que enfrentem restrições de acesso a crédito e a licitações públicas — elementos essenciais para sua sustentabilidade e crescimento. Esse programa fortaleceria a economia local, preservando a atividade desses negócios e promovendo uma arrecadação fiscal mais estável e sustentável.

6. **A Comissão também recomenda ao poder executivo a criação de uma nova edição do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)**, voltada para empresas de todos os portes, com especial atenção às micro e pequenas empresas. Essa medida visa oferecer uma oportunidade de regularização tributária com condições facilitadas, como descontos em juros e multas e prazos estendidos para o pagamento de débitos fiscais. Uma nova edição do REFIS contribuiria para aliviar o peso das dívidas fiscais acumuladas, especialmente em setores impactados por crises econômicas e eventos recentes. Além de fortalecer a arrecadação estadual de forma equilibrada, essa iniciativa apoiaria a recuperação e o crescimento das empresas locais, favorecendo o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no estado.

7. **A Comissão Propõe a elaboração de um Projeto de Lei onde o Estado do Rio Grande do Sul fica proibido de exigir de qualquer fornecedor ou contribuinte, pessoa física ou jurídica, a apresentação de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, tributária ou de qualquer outra natureza, quando essas informações estiverem disponíveis para consulta direta nos sistemas de informações do próprio Estado ou de órgãos federais e municipais aos quais o Estado tenha acesso.** Tal proposição visa busca simplificar e desburocratizar os procedimentos administrativos no âmbito do Estado, dispensando pessoas físicas e jurídicas da apresentação de certidões de regularidade sempre que essas informações já estejam acessíveis ao

próprio Estado. Ao eliminar a exigência redundante de documentos, esta medida visa a reduzir custos e agilizar processos, promovendo um ambiente de negócios mais eficiente e acessível. A implementação da presente Lei contribuirá para a modernização administrativa, integrando sistemas e adotando práticas de governança que valorizem a eficiência e o respeito ao contribuinte.

8. **Sugerimos ao Poder Executivo a extinção da Política de Piso Salarial Regional no Estado do Rio Grande do Sul.** Esta prática, ao estabelecer valores de salário superiores ao mínimo nacional, provoca descompassos econômicos entre os setores produtivos e entre os estados, reduzindo a competitividade das empresas gaúchas, especialmente de micro e pequenas empresas, e potencialmente desestimulando a geração de empregos formais. Além disso, a diferenciação salarial regional cria fragmentação no mercado de trabalho e enfraquece a competitividade interestadual, dificultando o desenvolvimento econômico integrado. Em vez dessa política, entende-se que a valorização salarial pode ser promovida por meio de outros mecanismos que respeitem a realidade econômica estadual e mantenham sinergia com as políticas federais de renda. Assim, solicitamos a análise desta proposta de extinção do Piso Salarial Regional nas comissões pertinentes desta Casa.

9. **Recomenda-se ao Poder Executivo a reformulação e modernização do processo administrativo de licenciamento ambiental**, que comparado com o de outros estados, se mostra excessivamente lento. A morosidade desse processo gera um impacto negativo no desenvolvimento econômico, atrasando investimentos importantes em infraestrutura e diversos setores produtivos, sem que isso implique necessariamente em maior proteção ambiental. Importa destacar que a proposta não visa flexibilizar as leis ambientais vigentes, mas sim aprimorar a eficiência administrativa, garantindo celeridade e segurança jurídica para todos os envolvidos. A modernização do licenciamento ambiental pode ser alcançada por meio da digitalização dos processos,

da criação de um sistema integrado e de maior transparência nos trâmites internos. Adotar práticas como o uso de inteligência artificial para análise de documentos e auditorias internas frequentes contribui para um sistema mais ágil e confiável, permitindo que os órgãos responsáveis possam focar em atividades de fiscalização e monitoramento ambiental com maior efetividade.

10. **Sugerimos ao Poder Executivo a criação de um programa sólido de "sandbox" regulatório e a prioridade, por parte da Assembleia Legislativa, na aprovação do Projeto de Lei nº 213/2023 do Deputado Felipe Camozzato, que tramita nesta Casa e trata especificamente deste tema**. A implementação de um ambiente de sandbox regulatório representa uma estratégia inovadora que permite a empresas e startups testarem novos produtos, serviços e tecnologias em um ambiente controlado e seguro, com uma supervisão regulatória reduzida e temporária. O incentivo a programas de sandbox regulatório é essencial para fomentar a inovação e o empreendedorismo, elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e a criação de empregos de alta qualidade no estado. Além de atrair empresas de tecnologia e inovação, essa medida pode consolidar o Rio Grande do Sul como um polo atrativo para investimentos em setores estratégicos. Em um cenário global em que a competitividade depende da agilidade e da flexibilidade dos setores regulados, oferecer um ambiente experimental seguro e adaptado às necessidades dos empreendedores locais coloca o estado em uma posição de destaque.

11. **Sugerimos ao Poder Executivo a criação de um "Observatório da Liberdade Econômica"**, com o objetivo de monitorar, avaliar e promover a implementação das diretrizes e objetivos da Lei de Liberdade Econômica (Lei Federal n.º 13.874/2019 e Lei Estadual n.º 15.431/2019). Esse observatório serviria como um importante instrumento para o fomento da economia local e para a simplificação de processos burocráticos, de modo a atrair investimentos, gerar empregos e fortalecer

o ambiente de negócios no estado. A criação de um Observatório da Liberdade Econômica permitirá a análise contínua de indicadores econômicos, monitorando os impactos de políticas públicas de desburocratização e simplificação regulatória, e fornecendo dados essenciais para a formulação de políticas econômicas locais. Além disso, o observatório poderá atuar como um centro de apoio aos municípios gaúchos, especialmente aqueles que ainda não possuem uma legislação local de liberdade econômica. Nesse sentido, sugere-se que seja encaminhada a esses municípios uma minuta de lei e de decreto de regulamentação que contemple as disposições e os princípios da Lei de Liberdade Econômica, adaptadas às especificidades e necessidades locais.

12. **Sugerimos ao Poder Executivo a criação de um Conselho Estadual de Combate à Informalidade**, com o objetivo de coordenar ações e políticas públicas voltadas à redução da informalidade no mercado de trabalho e à promoção da formalização de pequenos negócios. Esse conselho poderá atuar de forma estratégica para identificar os principais entraves à formalização, propor políticas e medidas de incentivo e articular ações educativas voltadas ao esclarecimento sobre os benefícios da regularização das atividades econômicas. A informalidade ainda é um desafio significativo que afeta o desenvolvimento de um ambiente de negócios justo e competitivo.

13. **Sugerimos ao Poder Executivo a manutenção do Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo (CEDE),** que vem desempenhando um papel relevante na promoção de um ambiente mais favorável ao empreendedorismo e na implementação de práticas de desburocratização em diversas áreas do estado. Desde sua criação, o CEDE tem atuado de forma estratégica para identificar barreiras burocráticas e promover a desregulamentação responsável, facilitando a abertura de empresas, reduzindo a complexidade de trâmites e criando condições para o crescimento do setor produtivo no estado. O conselho

também tem promovido uma integração maior entre as esferas pública e privada, permitindo que as demandas e sugestões dos empreendedores sejam ouvidas e que o estado possa implementar soluções mais ajustadas às realidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. O CEDE pode colaborar estreitamente com o novo Conselho de Combate à Informalidade que aqui foi sugerido, desenvolvendo ações conjuntas que visem facilitar a entrada de pequenos negócios no mercado formal e promover a competitividade e a geração de empregos no estado.

14. **Por fim, sugerimos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul uma alteração em seu Regimento Interno para que a desburocratização seja incluída como escopo de uma Comissão Permanente**, refletindo o compromisso da Casa com a simplificação dos processos administrativos e o estímulo ao desenvolvimento econômico. Propomos que a atual Comissão Mista Permanente de Defesa do Consumidor, do Contribuinte e Participação Legislativa Popular seja renomeada para **"Comissão Mista Permanente de Defesa do Consumidor, do Contribuinte e da Desburocratização"**. Essa alteração é essencial para destacar a importância da desburocratização como um tema prioritário e estratégico na pauta legislativa. A inclusão da desburocratização como competência formal da Comissão permitirá uma atuação mais específica e técnica sobre esse tema, possibilitando que a Assembleia Legislativa promova e acompanhe com maior efetividade iniciativas e propostas legislativas voltadas à redução de entraves burocráticos para cidadãos e empresas.